

Eu sei que temos patrimónios comuns valiosíssimos e que por enquanto vão sustentando a nossa vida terrestre, nomeadamente: a Amazónia, restantes florestas, oceanos, rios etc.

Sabe-se da enorme dificuldade em manter preservado este património valioso. Honra seja feita às pessoas e países que defendem intransigentemente estes valores fulcrais à nossa vivência, em contraponto com a maioria de pessoas e países que trocam tal comportamento por um crescimento desenfreado, sem regras que vai levar à sua própria morte.

Torna-se assim muito difícil gerir este património de todos nós e que tendo a importância vital no que concerne à vida futura no planeta, deveria fazer com que todos os cidadãos e países sem excepção se unissem de forma clara e sem falsas verdades na sua defesa, intransigentemente, o que como já referi não acontece.

Eu no meu caso pessoal dou a minha diminuta contribuição para esta causa, uma gota de água no oceano, lutando no dia a dia para reduzir o consumo de água, electricidade, papel, etc.

Quanto à reciclagem tal tarefa afigurasse-me mais fácil ainda em virtude de ter 3 contentores apropriados junto da minha duas residências.

Mas neste trabalho também podemos falar noutro tipo de património, o propriamente dito. Como sabemos o património está intimamente ligado à cultura dos povos.

Pode-se dizer que a cultura de determinado grupo ou povo, identifica-se: -Património; -Gastronomia; - Hábitos e tradições; -Cantares; -Romarias, etc.

É esta cultura que identifica o povo, posso dizer que é a sua marca indelével. Todo este imenso património com o decorrer dos seus anos de vida vai-se obviamente deteriorando sendo necessários investimentos, nalguns casos, avultados para a sua manutenção em bom estado de conservação.

Existem países que apoiam e investem na manutenção do seu património cultural enquanto que outros até promovem a sua destruição. Para colmatar estas falhas e falta de investimento, ainda bem que existem organizações que reúnem pessoas, honra lhe seja feita, que se preocupam com o património global e se substituem aos Estados na sua manutenção.

Enquanto elemento desta sociedade global louvo esses cidadãos e cidadãs que em troca de nada dão tudo em prol da comunidade.

**DE FACTO MANTER O NOSSO PATRIMÓNIO É MANTER A NOSSA IDENTIDADE.**

## PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

Segundo a sua aceção clássica, o conceito de património refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o património apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico.

Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações destróiem-se e desaparecem, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais.

E através da própria dinâmica da existência, estes objectos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objectos, que acrescentam elementos às gerações anteriores.

E assim a cultura flui. No entanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados património.

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado.

Esta noção de património, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere-nos imediatamente que estamos na presença de algo de valor. Valor que os seres humanos, tanto individual como socialmente, atribuem ao legado material do passado, valor no sentido do apreço individual ou social atribuído aos bens patrimoniais numa dada circunstância histórica e conforme o quadro de referências de então. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época.

Hoje, porém, a forma como a sociedade actual se relaciona com o passado é profundamente influenciada pelo extremo dinamismo que a caracteriza e pela tremenda aceleração da velocidade da mudança social no período moderno. Por esta razão, os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado, sob a forma de tradição, perdem continuidade. O passado é uma realidade tão distante da experiência individual da actualidade, é um terreno tão estranho e inóspito que é como um país estrangeiro.

Por outro lado, e apesar da manifesta homogeneização de diversos aspectos do quotidiano, verifica-se hoje uma reafirmação das identidades colectivas face às tendências da uniformização individual. Estas preocupações traduzem-se num aumento da importância atribuída à preservação do património, como elemento afirmação das singularidades locais.

Este sentimento colectivo de nostalgia fez aparecer um mercado patrimonial e à lógica da singularidade do objecto acrescenta-se a lógica da sua valorização comercial. O património tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações económicas e sociais evidentes.

A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como factor de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa também benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do património, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais. Por outro lado, com frequência se reclama a utilização do património para fins turísticos para se fazer face a um turismo massificado que ameaça as identidades locais.

Mas a identidade representada por estes sítios patrimoniais é ainda menos identitária que a suposta identidade urbana que a fabricou. O património é antes de mais o património dos povos e das gentes que lhe adstringem valor. Estes locais são vazios, descontextualizados, são representações plásticas de um passado irreal, sem sons nem cheiros, sem vivência alguma. Não podemos considerar o património como um recurso turístico sui generis.

A cultura, o passado e o património não se vendem nem se compram e se se venderem ou comprarem, todo o sentido último subjacente à expressão cultural dos povos será expropriado. E ao invés de se configurarem como instrumentos de conservação ambiental e de criação de benefícios sócio-económicos para as comunidades receptoras, estes estabelecimentos, acabam em geral, por aumentar o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrios sócio-económicos e desvalorização cultural.

Não podemos negar que o relacionamento entre património e turismo se instalou de forma definitiva. Há porém que estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem.

Para tal, toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a nível local, com a participação activa de todos os agentes culturais. Porque a descentralização constitui o fundamento promotor de um modelo global de desenvolvimento sustentável. A acção cultural não pode continuar a conceber-se como um fenómeno isolado dos cidadãos e do próprio cenário no seio do qual se desenvolve. Boa parte das tarefas e das actividades de gestão patrimonial realiza-se ao nível das organizações de base, em parco contacto com os agentes de execução. Em projectos de índole patrimonial, as decisões devem tomar-se, não somente pelo poder de decisão centralizado, como também o mais proximamente do local onde se desenvolve a acção, ou seja, no nível onde se opera e realizam as acções.



Para se conseguir um bom funcionamento administrativo e operativo, há assim que existir delegação de autoridade e descentralização de iniciativas, de modo a que todos os agentes envolvidos no processo, participem e se responsabilizem pela sua execução, sentindo que o resultado final é produto do esforço e do empenhamento de todos e de cada um. Apenas através da articulação de esforços e de competências entre todos os níveis do poder e com a necessária participação das várias entidades com atribuições nos domínios do património e do turismo, como sejam as associações de património, a Igreja, as universidades, as empresas, entre outras, se poderá aspirar a uma melhor gestão do nosso riquíssimo património cultural. Uma gestão que realiza o uso eficaz e eficiente dos meios que tem ao seu alcance, favorecendo a investigação, a conservação, a criação, a produção, a difusão e o impacto social do património, de forma a que este possa ser legado a gerações futuras, consagrando-se assim o direito que cada comunidade tem à sua própria identidade

Mas a identidade representada por estes sítios patrimoniais é ainda menos identitária que a suposta identidade urbana que a fabricou. O património é antes de mais o património dos povos e das gentes que lhe adstringem valor. Estes locais são vazios, descontextualizados, são representações plásticas de um passado irreal, sem sons nem cheiros, sem vivência alguma. Não podemos considerar o património como um recurso turístico sui generis. A cultura, o passado e o património não se vendem nem se compram e se se venderem ou comprarem, todo o sentido último subjacente à expressão cultural dos povos será expropriado. E ao invés de se configurarem como instrumentos de conservação ambiental e de criação de benefícios sócio-económicos para as comunidades receptoras, estes estabelecimentos, acabam em geral, por aumentar o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrios sócio-económicos e desvalorização cultural.

Não podemos negar que o relacionamento entre património e turismo se instalou de forma definitiva. Há porém que estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem.

Para tal, toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a nível local, com a participação activa de todos os agentes culturais. Porque a descentralização constitui o fundamento promotor de um modelo global de desenvolvimento sustentável. A acção cultural não pode conceber-se como um fenómeno isolado dos cidadãos e do próprio cenário no seio do qual se desenvolve. Boa parte das tarefas e das actividades de gestão patrimonial realiza-se ao nível das organizações de base, em parco contacto com os agentes de execução. Em projectos de índole patrimonial, as decisões devem tomar-se, não somente pelo poder de decisão centralizado, **c o m o t a m b é m o m a i s p r o x i m a m e n t e d o l o c a l o n d e s e** desenvolve a acção, ou seja, no nível onde se opera e realizam as acções. Para se conseguir um bom funcionamento administrativo e operativo, há assim que existir delegação de autoridade e descentralização de iniciativas, de modo a que todos os agentes envolvidos no processo, participem e se responsabilizem pela sua execução, sentindo que o resultado final é produto do esforço e do empenhamento de todos e de cada um.

Apenas através da articulação de esforços e de competências entre todos os níveis do poder e com a necessária participação das várias entidades com atribuições nos domínios do património e do turismo, como sejam as associações de património, a Igreja, as universidades, as empresas, entre outras, se poderá aspirar a uma melhor gestão do nosso riquíssimo património cultural. Uma gestão que realiza o uso eficaz e eficiente dos meios que tem ao seu alcance, favorecendo a investigação, a conservação, a criação, a produção, a difusão e o impacto social do património, de forma a que este possa ser legado a gerações futuras, consagrando-se assim o direito que cada comunidade tem à sua própria identidade.

O Programa de Incremento do Turismo Cultural, ao propor acções de promoção e de divulgação do nosso património cultural procura, simultaneamente, contribuir para o fortalecimento das identidades culturais e para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais. Esta estratégia comporta necessariamente uma congregação e articulação de esforços com o Poder Local, de modo a desenvolver um conjunto de acções que se querem participadas pelos seus reais interlocutores.





